



ARTIGO

O BARÃO DE ITAPEMIRIM E AS CONTRADIÇÕES NA POLÍTICA CAPIXABA DO SÉCULO XIX

Laryssa Da Silva Machado

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Lucas Da Silva Machado

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, é taxado pela historiografia tradicional capixaba como o principal traficante de escravos do Espírito Santo e um dos maiores negreiros do Sudeste. Muitas denúncias sobre o assunto existem contra ele. Porém, enquanto foi vice-presidente da província, denunciou o contrabando, exigindo medidas imperiais para acabar com a fragilidade do litoral espírito-santense. O presente artigo pretende discutir essas contradições, bem como a origem das denúncias contra o Barão. Além disso, conforme será demonstrado, Silva Lima não era o único envolvido no infame comércio, outros grandes fazendeiros itapemirinos também o praticavam e utilizavam das denúncias como meios de realizar as atividades de contrabando.

Palavras-Chaves: Barão de Itapemirim; Tráfico de Escravos no Espírito Santo; História de Itapemirim

Abstract

Joaquim Marcelino da Silva Lima, the Baron of Itapemirim, is taxed by the traditional historiography of Espírito Santo as the principal slave trader of Espírito Santo and one of the largest slave traders in the Southeast. Many denunciations on the subject exist against him. However, while he was vice-president of the province, he denounced the smuggling, demanding imperial measures to end the fragility of the coast of Espírito Santo. The present article intends to discuss these contradictions, as well as the origin of the denunciations against the Baron. Moreover, as will be shown, Silva Lima was not the only one involved in the infamous trade, other large Peruvian farmers also practiced and used the complaints as a means of carrying out the smuggling activities.

Keywords: Barão Itapemirim; Trafficking of slaves in Espírito Santo; History of Itapemirim.

Introdução

Desde os anos 1970 e 1980 estudos historiográficos desenvolvidos no Brasil passaram a usar fontes que antes eram descartadas: “livros tombo, livros paroquiais de registros de nascimento, de batismo, de matrimônio e de óbitos; inventários e testamentos *post-mortem*, listas de escravos, cartas e registros de alforrias, entre outros”. Com isso, personagens antes subalternos passaram a ter destaque enquanto nomes da elite tiveram sua biografia questionada. Mattos², ao analisar o período colonial brasileiro,

concluiu que esses estudos apresentam novos significados a história política.

Outro tema que ganhou novos estudos foi a relação entre senhores e escravos. As estratégias sociais da elite e dos escravizados destacam-se, já que ambos criaram diversos mecanismos para sua sobrevivência. Florentino e Góes³ colocam essas estratégias como políticas e que não podem ser resumidas a análises econômicas. A polarização da relação senhor-escravo não contempla os pormenores dessa relação. Slenes⁴ acrescenta que esses novos estudos

traz historicidade ao escravismo, já que os atores sociais são múltiplos.

A expansão do café no Brasil vai inaugurar um novo modelo de classe senhorial e, consequentemente, novas formas de relações entre cativos e senhores. O retrato da classe senhorial, especificamente, é passível de análise mais minuciosa, já que a trama tecida nas relações escravocratas revelam o governo ou desgoverno dos senhores e as estratégias de sobrevivência dos escravos.

Slenes⁵, sobre a classe senhorial do Oeste Paulista afirma que “da análise das vivências emerge o retrato de uma classe senhorial prepotente e frequentemente arbitrária e ardilosa: uma classe que brande a força e o favor para prender o cativo na armadilha de seus próprios anseios”. Para ele, os incentivos dados pelos senhores eram estratégias para tornar os escravos reféns de sua vontade. Ao mesmo tempo, “essa política de domínio é relativamente bem-sucedida. Por isso mesmo, talvez ela subverta a autoridade dos senhores ao mesmo tempo que contribui para dominação do cotidiano”. A análise de Slenes demonstra a flexibilidade dos senhores em relação aos cativos já que utilizam de estratégias para impor ou subverter autoridade.

A elite senhorial do império, que emerge de um arranjo feito para a estabilização da Monarquia brasileira como constatou Mattos⁶, detinha privilégios junto ao Imperador, interferindo nas políticas do Estado. Essa elite, espalhada por todo o território, comandava as localidades com apoio do governo imperial. E estes inspiravam-se na corte. Percebe-se essas características na elite itapemirina, principalmente na figura de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim. Este era uma das principais figuras políticas capixabas e tinha grande influência junto ao Imperador.

Salles⁷, ao escrever sobre a elite senhorial fluminense, afirma que a construção do império brasileiro resultou na formação de uma classe senhorial escravista, existente em toda nação, com o mesmo estilo de vida e que se inspirava nos proprietários do Rio de Janeiro, a sede administrativa. As províncias mais afetadas eram as que se localizavam no entorno, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Assim, surgem nesses lugares figuras senhoriais que se destacaram em suas localidades. Estes se inspiravam nos grandes senhores do império, ligados à Coroa, como bem demonstraram Mattos⁸ e Carvalho⁹, e em escala local, copiavam a classe senhorial da Corte, nas regras políticas, social e culturais.

Esse trabalho pretende analisar a figura pública de Silva Lima, o Barão de Itapemirim, personagem importante na história política capixaba do século XIX. Além de um dos maiores escravocratas capixabas, ocupou por inúmeras vezes o cargo de vice-presidente provincial e recebeu em 1846 o título de Barão. Tradicionalmente, a historiografia capixaba o caracteriza como o maior traficante de escravos espírito-santense após 1850. Porém, enquanto ocupou a vice-presidência provincial, reclamou à Corte sobre a presença de traficantes no litoral capixaba. A intenção desse artigo é questionar essas fontes e revelar as contradições que envolvem esse personagem, bem como toda a flexibilidade de suas relações sociais, políticas e culturais.

1 FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí, 24 a 28/06/2012, p. 2.

2 MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, J.; COUVÊA, M. F. (org.). *O Brasil Colonial*: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.85.

3 FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 30.

4 SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor* – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 54.

5 SLENES, R. W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: NOVAES, F. A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 236.

6 MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

7 SALLES, R. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 46-47.

8 MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

9 CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem*: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

O Século XIX no Espírito Santo e em Itapemirim

O Oitocentos inaugura uma nova fase na política e na economia capixaba. Nos primeiros anos, esta baseava-se na produção de alimentos que eram exportados para a Corte e outras províncias¹⁰. Também havia produção de açúcar e cachaça. As lavouras de cana, bem como os engenhos, foram introduzidas no território capixaba desde o início de sua colonização em 1535, com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, capitão donatário capixaba¹¹. A partir de 1800, ainda que com muita dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade, pois foi exatamente naquele momento, fim do século XVIII e início do séc. XIX, que se deu um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio¹².

O café foi o grande responsável pela transformação da economia capixaba. Introduzido em meados de 1815¹³, tornou-se cultura dominante por volta de 1840, e substituiu gradualmente o cultivo de cana, que predominava até então. Entre 1856 e 1872, houve uma grande expansão da cafeicultura concentrada na região sul, especificamente no Vale do Rio Itapemirim. A transição da primeira para a segunda metade do século XIX, período em que o café despontou como principal cultura é classificado por Oliveira¹⁴

como o “início de uma nova era”. De acordo com o autor, “foi assim, enfrentando dificuldades de toda ordem – em sua grande maioria derivadas da deficiência de recursos – que o Espírito Santo alcançou o fim da primeira metade do século XIX”¹⁵.

O Vale do Rio Itapemirim, região que concentrou as lavouras de café e que trouxe uma nova era para a economia capixaba, estava entre as primeiras sesmarias doadas por Coutinho. Segundo Daemon, em 1539 “estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxangá, e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação”¹⁶. Porém, os primeiros sinais de colonização efetiva acontecem por volta do século XVIII com Domingos Freitas Bueno Caxangá. Moreno¹⁷ afirma que Caxangá e seus agregados “construíram aqui uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá [...] a sede da fazenda foi estrategicamente localizada no alto de um morro na margem sul do rio, denominado mais tarde de Fazendinha”.

Mas foi no fim do século XVIII que a colonização se concretizou com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, região no interior do Espírito Santo, onde o bandeirante Pedro Bueno Cacunda realizava a mineração de ouro. Após ataque dos índios puris, os sobreviventes desceram o Rio Castelo, afluente do Rio Itapemirim, e chegaram à Barra deste rio¹⁸. A chegada dos bandeirantes de Castelo é que efetiva a colonização itapemirina. “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda a barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio”¹⁹.

Esses eventos dão o pontapé inicial para o desenvolvimento de Itapemirim, através do cultivo

da cana e da instalação de engenhos produtores de açúcar e aguardente, além de lojas de secos e molhados²⁰. Muitos migrantes mineiros, paulistas e fluminenses, em busca de melhores condições de vida e de terras férteis, vieram para o Vale do Itapemirim. Trouxeram consigo seus familiares, maquinários e escravos²¹. Entre esses novos moradores da região está Joaquim Marcelino da Silva Lima, personagem desse artigo, que terá sua trajetória analisada posteriormente. Por agora, é importante destacar, que os fazendeiros que chegaram para a região trouxeram o cultivo do café²². Além disso, houve um nítido crescimento da população, onde se criou condições para a emancipação política. Através então do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em nove de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho²³.

As lavouras de café foram, inicialmente, implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana. A priori, substituíram as plantações de cana de açúcar, que eram mais custosas e trabalhosas. O café, por sua vez, além de oferecer uma margem de lucro maior, exigia menos capital e cuidados²⁴. Porém, a expansão das lavouras seguirá na direção das terras do interior da região sul, já que oferecia condições naturais mais propícias, principalmente o solo massapê, mais consistente e resistente à erosão. Além disso, as ondulações do relevo eram mais suaves e propícias, e o clima, úmido e com chuvas regulares, propiciava condições favoráveis ao plantio²⁵.

A região litorânea retornou o cultivo da cana como principal lavoura, enquanto que no Alto Itapemirim, especialmente nas freguesias novas como as de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim, Nossa Senhora da Conceição do Alegre e São José do Veado (atual Guaçuí), as plantações de café se desenvolveram com sucesso²⁶. Além do café, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro.

No ano de 1856 Cachoeiro de Itapemirim se tornou freguesia, separando-se definitivamente de Itapemirim em 1864²⁷. Economicamente, essa separação gerou uma perda para a região. Porém, graças à proximidade de Itapemirim com a Corte, a exportação de café pelo Porto de Itapemirim conferia destaque à localidade, que acabava por se transformar em um importante entreposto de produtos agrícolas para o Rio de Janeiro²⁸.

A proximidade da região com a Corte vai trazer influências para a região, principalmente no que se refere à cultura senhorial, como demonstrou Salles²⁹. Além disso, a importância econômica adquirida ao longo do século XIX deu aos homens abastados de Itapemirim prestígio político. Muitos ocuparam cargos de destaque na política provincial, como o personagem desse artigo, que em 1846, recebia o título de Barão de Itapemirim³⁰ e, ao longo de sua vida, foi nomeado oito vezes como Primeiro Vice-Presidente da Província do Espírito Santo pelo Imperador D. Pedro II. Outro nome de destaque foi o Comendador João Nepomuceno Gomes Bittencourt, que também ocupou o cargo de Terceiro Vice-Presidente da Província,

10 CARVALHO, E. F. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 59-60.

11 DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatísticas*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 111.

12 SANTOS, E. F. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002, p. 153.

13 ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983, p. 15-16.

14 OLIVEIRA, J. T. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 354.

15 Ibidem, p. 354.

16 DAEMON, Op. Cit. .p.114.

17 MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016, p.19.

18 OLIVEIRA, Op. Cit. p. 222.

19 BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006., p. 78.

20 VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. P 36.

21 MORENO, Op. Cit. p. 32.

22 ROCHA, COSSETTI, Op. Cit., p. 18.

23 MORENO, Op. Cit., p. 33.

24 ROCHA, COSSETTI, Op. Cit. p. 16.

25 SALETTO, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996, p. 35.

26 ROCHA, COSSETTI, Op. Cit. p.35.

27 O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada a categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

28 MORENO, Op. Cit., p. 86.

29 SALLES, Op. Cit. 46-47.

30 MARINS, A. *Itapemirim*. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920, p. 212.

além de ter sido deputado provincial³¹. Ambos eram rivais, e o fruto dessa discórdia é responsável por contradições que envolvem o nome de Silva Lima.

Quem foi o Barão de Itapemirim?

Joaquim Marcelino da Silva Lima era natural da Província de São Paulo. Seus pais eram o Alferes Joaquim José da Silva e D. Anna Fernandes. Mudou-se para o Espírito Santo em 1802, quando tinha o título de sargento-mor, e foi residir em sua fazenda denominada Três Barras, localizada em Benevente, cuja as terras foram obtidas por sesmaria. Casou-se primeiramente com D. Francisca do Amaral e Silva e teve com ela dois filhos: Claudina e Bellarmino. Anos mais tarde enviuvou, casando-se novamente com D. Leocádia Tavares da Silva, filha do Capitão José Tavares de Brum e D. Thomazia da Silva Medella. O Capitão Brum foi um dos principais fazendeiros de Itapemirim no início da colonização. Este comprou a Fazendinha, primeira fazenda instalada na região, que se estendia por toda a Barra do Itapemirim. Com as núpcias, Silva Lima passou a residir em Itapemirim e herdou as terras da Fazendinha após a morte de seu sogro³².

De sargento-mor, Silva Lima tornou-se Barão em dezembro de 1846. Era Comendador da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem da Rosa, e tinha honras de Brigadeiro, por ter sido Diretor Geral dos Índios Purys do Aldeamento Imperial Afonsino³³. Oliveira o destaca como um belo exemplar de bandeirante do século XIX³⁴. Era dono das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui, sua residência, adquirida em 1827, onde possuía um suntuoso palacete e uma

Capela dedicada a Santo Antônio. Em todas elas, segundo Marins, possuía mais de 400 escravos³⁵.

Foi deputado provincial por quatro mandatos e ocupou por oito vezes o cargo de vice-presidente, onde assumiu a presidência interina durante os anos de 1853-1854 e 1856³⁶. Sobre seu tipo físico e personalidade, Marins comenta que

O seu typhophysico bem que denotasse a sombria austeridade do valido de outr'ora, guardava todavia uma alma não inteiramente limpa de preconceitos do meio e do tempo, mas pendida sempre para as longanidades e para actos generosos. Cioso das suas prerrogativas, pois era grande do Império, Commendador da Ordem de Christo, Official da Imperial Ordem as Rosa, Brigadeiro Director Geral dos Índios, sabia guardar a sua linha fidalga sem que ella o isolasse do povo com quem lhe aprazia trazer fazendo negócios, interessando-se pelo viver da gente humilde, não raro para prestar-lhe favores³⁷.

Como historiador de seu tempo, Marins exalta as qualidades do Barão. Completa seu relato dizendo que os traços que formara a personalidade de Silva Lima foram a política e a família. “O seu cuidado era vêr crescer a prole ao seu lado promovendo a formação das novas famílias entre a parentella numerosa”³⁸. Interessante observar que Marins o classifica com os predicados que os bons líderes deveriam ter: “alma limpa de preconceitos”, seus atos generosos, um fidalgo que estava próximo do povo, que levava uma vida humilde, traços que não são percebidos na análise das fontes. Era o homem mais rico de uma região extremamente pobre, onde a maioria da população não possuía terras próprias e habitavam em casas de palha³⁹.

35 MARINS, Op. Cit. p. 212-214.

36 DAEMON, Op. Cit. p. 546-547, p. 386, p. 393, p. 399.

37 Ibidem, p. 213.

38 MARINS, Op. Cit., p. 213.

39 Segundo a Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833, 49% das lavouras de Itapemirim estavam em terras foreiras e 74% dos habitantes moravam em casas de palha.

Além de Claudina e Bellarmino, filhos do primeiro casamento, Silva Lima teve outros herdeiros com D. Leocádia, sendo estes: Maria, Leocádia, Thomazia, Izabel, Joaquim Marcellino, José Marcelino, Francisco Bernardes e Luiz Siqueira. Suas filhas casaram-se com fazendeiros importantes do Império. Quanto aos seus herdeiros homens, Joaquim Marcelino tornou-se Coronel, era moço fidalgo da casa Imperial⁴⁰, e ocupou por vezes o cargo de deputado provincial, assim como José Marcelino⁴¹. Luiz Siqueira era doutor e foi senador da república⁴².

Em 1834, o então Juiz de Paz de Itapemirim, Francisco de Paula Gomes Bittencourt realizou um levantamento da população daquele município batizado de “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833”⁴³. Esse documento traz o nome dos 2.931 habitantes, sendo estes cativos e livres, que se dividiam em 303 fogos, além de informações referentes às propriedades de cada família. Joaquim Marcelino, que ainda não era Barão, aparece como maior proprietário de escravos: ao todo eram 304 cativos. Analisando o plantel de Silva Lima, encontramos os seguintes números: havia 138 homens adultos, 121 mulheres adultas e 45 crianças de 0-10 anos; sobre o estado civil, 89 eram casados e 170 solteiros; 294 cativos trabalhavam na roça, seis eram carpinteiros, dois eram pedreiros, um era resteiro e um alfaiate. Quanto à origem dos cativos, 227 eram africanos e apenas 77 crioulos.

A presença de africanos na região era elevada. Nesta mesma lista constavam 1.596 cativos, onde 1.046 africanos (65%), 526 crioulos (32%) e 60 pardos (3%). Anos mais tarde, em 1839, o presidente da Província capixaba, Silva Coito, junto com o secretário de governo, Barbosa de Oliveira, enviaram ao governo imperial um mapa populacional do Espírito Santo⁴⁴

40 Ibidem, p. 212.

41 DAEMON, p. 554.

42 MARINS, p. 212.

43 APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

44 Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por

com números semelhantes aos de 1833. Havia 1.635 cativos: 1.026 africanos (63%), 567 crioulos (34,5%) e 42 pardos (2,5%). A grande quantidade de cativos africanos em Itapemirim, por toda primeira metade do século XIX, foi um empecilho para que a lei Eusébio de Queirós se cumprisse na região, assunto que será discutido mais a frente.

Voltando à fortuna de Joaquim Marcelino em 1833, além dos 304 cativos, ele possuía a Fazenda Muqui, com engenho de açúcar e cachaça, máquina de serra, balandeira, lavouras de cana, além de 592 animais, dentre eles um urso panda, provavelmente trazido junto com os chineses que migraram para o Espírito Santo no mesmo período⁴⁵. Também possuía duas situações de plantações de mandioca e cercados, tudo em terras próprias. Com o passar dos anos, sua fortuna aumentou além da conquista de grande prestígio na região e no império⁴⁶.

Há um ponto a se considerar. Será ou quantos destes escravos/cativos do barão eram negros e quantos eram índios? A historiografia sobre a escravidão no Império, entre os séculos XVII e início do XIX padece desse problema. Em diversas regiões do território brasileiro muitos cativos eram índios e não exatamente negros africanos ou crioulos nascidos por aqui.

Devido à sua importância política e social na Província e no Império, figuras ilustres da Corte se hospedaram em sua fazenda. No ano de 1860, Silva Lima foi um dos responsáveis por preparar a visita do Imperador D. Pedro II ao Espírito Santo. Ele e seu desafeto político, o Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, também de Itapemirim, patrocinaram a preparação do Palácio do Governo Provincial para

Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015_000_78, página 48)

45 PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espirito-santo-1850_1860.pdf, p. 5-6.

46 APEES. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

31 DAEMON, 2010, p. 546-547.

32 MARINS, Op. Cit., p. 210-212.

33 Ibidem, p. 211-212.

34 OLIVEIRA, Op. Cit. p. 355

receber o imperador⁴⁷. Bittencourt era líder do Partido Conservador e Silva Lima líder do Partido Liberal. Na cerimônia de recepção de D. Pedro, em Vitória, contou com a presença do Barão e do Coronel Gomes Bittencourt. Segundo Rocha⁴⁸, a comitiva de Itapemirim era a segunda maior na recepção, atrás apenas de Vitória. O Imperador chegou ao Espírito Santo em 26 de janeiro e partiu de volta à Corte em nove de fevereiro de 1860. Uma das suas paradas foi na Vila de Itapemirim, caminho para colônia de Rio Novo do Sul, um dos destinos de sua visita.

Em oito de fevereiro, após passar por outras localidades da Província, D. Pedro desembarcou em Itapemirim. A vila se preparou por semanas para a chegada do Imperador⁴⁹, que foi recebido na Igreja Nossa Senhora do Amparo, já que o prédio da Câmara de Vereadores estava em reforma. Tanto Silva Lima quanto Gomes Bittencourt esperavam que Vossa Majestade se hospedasse em suas fazendas, mas este preferiu ficar em casa de um terceiro, evitando brigas políticas. Se hospedou no sobrado do capitão José Tavares de Brum e Silva, que ficava na sede da vila de Itapemirim⁵⁰. Não pernitoou na vila, seguindo viagem para a Colônia de Rio Novo. Lá se hospedou na fazenda Pau d'Alho, do major Caetano Dias da Silva.

Sua visita foi rápida, pois chegou no dia oito e partiu no dia nove de fevereiro. Em seu trajeto, o imperador avistou as propriedades do Barão e fez algumas observações sobre as mesmas. Logo ao desembarcar no Porto de Itapemirim, registrou em seu diário a Fazendinha, que pertencia ao Barão e se localizava nas margens do rio⁵¹. Ao retornar de Rio Novo, avista a fazenda Muqui, e a descreve como “uma casa, que é um palacete de 2 torreões⁵²”. Rocha

traz a seguinte observação sobre a passagem do Imperador pela Fazenda do Barão:

Na Santo Antônio, do outro lado do rio, quase de frente, numa das torres do seu soberbo palacete, no feitiço dos castelos medievais, construído a cavaleiro sobre uma colina, o barão de Itapemirim, binóculo em punho, observava a estrada. Os 120 negros escravos trabalhadores dos canais daquela fazenda, cuja produção e alicerces econômicos começavam a derruir, haviam capinado a alameda de bambus da chegada e tapetado de folhas aromáticas o caminho, enfeitando de flores a cerca até a margem do rio. As escadarias de mármore e os dois leões de louça vidrada do Porto, em tamanho natural, à entrada do palacete, estavam lustrosos. O dourado que revestia o interior da capela reluzia, como reluziam os metais das salas de armas, as baixelas de prata pesada, trabalhadas a fio de ouro, os talheres também de prata e as louças brasonadas. A poeira fora removida da tapeçaria persa, biblioteca, salões de bilhar, móveis em madrepérola e marfim. As finas iguarias e bebidas importadas da Europa juntavam-se à fartura das frutas do pomar e dos recursos da cozinha da fazenda. No salão principal do portentoso palacete reservava o barão uma surpresa ao augusto visitante: os retratos dos imperadores, ricamente moldurados, pintura a óleo mais ou menos recente, em tamanho quase ao natural, executada por renomado artista da Corte. Mal continha sua impaciência e a curiosidade em observar a reação de agrado de D. Pedro ao valioso trabalho e à sua entusiástica vassalagem. A decepção do macróbio, ao ver o imperador passar ao largo, teria apressado a causa que o vitimaria em ataque apoplético, naquele mesmo ano⁵³.

Meses após a visita do Imperador, o Barão veio a óbito. Marins⁵⁴, assim como Rocha, também

culpa o desgosto de não ter recebido a visita de D. Pedro, a causa-mortis de Silva Lima. Para ele “*era a vendeta política posta em acção contra o Barão pelos seus temíveis adversários, e aquelle ferido no seu orgulho, não pode resistir a tão duro golpe mortal, baqueando para o túmulo com seu ódio, poucos meses depois, após uma viagem que fez ao Bananal*”. Entre a visita do Imperador e a morte do Barão, se passaram alguns meses, e nesse período outros visitantes ilustres se hospedaram na pomposa Fazenda Santo Antônio do Muqui.

Após sua visita, o imperador contratou o fotógrafo Jean Victor Frond, francês que instalado no Rio de Janeiro, veio ao Espírito Santo registrar os locais que foram visitados pelo imperador, meses antes. Acompanhado de outro francês, Alexandre Jouanet, chegaram a Itapemirim em 27 ou 29 de outubro⁵⁵ e dirigiram-se para a Fazenda Santo Antônio do Muqui, que pertencia ao Barão. Deveriam fotografar outras fazendas da região, para evitar brigas políticas, e visitar a Colônia de Rio Novo do Sul. Mas, devido a falta de tempo, Frond só fotografou a Fazenda Muqui⁵⁶.

No mês seguinte, recebeu o primo suíço do imperador, o Barão de Tschudi⁵⁷. Ele também iria visitar a Colônia de Rio Novo e partiu de Vitória para o sul da província com cavalos emprestados pelo Barão de Itapemirim. O destino da comitiva também era a fazenda Santo Antônio de Muqui, na qual foram recepcionados com festa. O barão de Tschudi descreveu o exagero do palacete do barão de Itapemirim, ao comentar que era de um estilo soberbo, mas de bom gosto⁵⁸.

A residência da fazenda, semelhante a um palácio, construída num morro causa uma impressão imponente. Raras vezes vi no Brasil fazendas num estilo tão grandioso e, ao mesmo tempo, com tanto bom gosto. A parte interna, porém, não corresponde à parte externa tão imponente. Sente-se falta da praticidade da divisão interna, da comodidade e principalmente do asseio de moradias europeias semelhantes. A capela consagrada ao padroeiro da fazenda está abarrotada de lantejoulas, de acordo com os costumes locais⁵⁹.

Silva Lima queixa-se com Tschudi da baixa produtividade da lavoura naquele período. Possuía 120 escravos que trabalhavam na lavoura e outros no serviço doméstico. O suíço comenta em seus registros, como o Barão de Itapemirim começou sua carreira “com pouquíssimo capital e havia conseguido aos poucos ser dono de uma fortuna bastante significativa e, conseqüentemente, de uma grande influência política, sem muitos escrúpulos na escolha dos meios e caminhos⁶⁰”. Tempos depois, o Barão faleceu, segundo Tschudi, de um ataque epilético⁶¹.

Se o motivo de sua morte foi o desgosto de não receber o imperador, nunca se saberá. O fato é que Silva Lima tinha grande prestígio político, não apenas em Itapemirim, mas na Província e na Corte, possuía muitos inimigos políticos, e é certo que seu prestígio junto ao Imperador provocava inveja de seus desafetos. Essas brigas regionais, parte importante em sua biografia, demonstram as contradições que envolviam seu nome, já que as denúncias e os comentários contra ele são contrários às suas falas oficiais e a opinião daqueles que o conhecem. O próximo tópico pretende apontar essas diferenças.

47 ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008, p. 51.

48 Ibidem, p. 70.

49 Ibidem, p. 231-246.

50 Ibidem, p. 231.

51 Ibidem, p. 233.

52 D. PEDRO II, apud ROCHA, 2008, p. 242.

53 Ibidem, p. 243-244.

54 MARINS, Op. Cit., p. 224.

55 Não existe registro que disponha da data correta em que Frond e Jouanet estiveram em Itapemirim, que foi o último ponto da viagem dos franceses ao Espírito Santo.

56 FRANCESCHETTO, C. *Victor Frond – 1860: uma aventura fotográfica pelo itinerário de D. Pedro II na Província do Espírito Santo*. Vitória-ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2015, p. 209-221.

57 ROCHA, L. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971 p. 112-115 / TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

58 ROCHA, Op. Cit. p. 112.

59 TSCHUDI, Op. Cit. 97.

60 Ibidem, p. 97.

61 Ibidem, p. 98.

O Barão de Itapemirim e suas contradições

A historiografia tradicional capixaba classifica o Barão de Itapemirim como um dos maiores contrabandistas de escravos após 1850. Segundo Santana⁶², Silva Lima era um dos maiores negreiros do Sudeste e o litoral de Itapemirim recebeu desembarque de navios negreiros até 1860. Oliveira⁶³ também relaciona o nome do Barão ao tráfico de escravos, sendo ele “apontado como negociante de escravos e apauador de negreiros”.

O litoral do sul capixaba está relacionado à permanência do tráfico após 1850. Pereira⁶⁴, ao pesquisar o tráfico de escravos após 1850 com base nos documentos presentes no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, encontrou evidências de que na região compreendida entre o norte da província do Rio de Janeiro e o sul da província do Espírito Santo as tentativas de desembarque continuaram por alguns anos após 1850.⁶⁵ Fontes relatam que, após o fim do tráfico oficial, entraram no Brasil cerca de 8.812 africanos no litoral brasileiro⁶⁶, e boa parte destes cativos podem ter chegado pelo sul do Espírito Santo. A permanência do tráfico no litoral de Itapemirim não servia apenas às lavouras de café capixabas, mas estes cativos

seriam enviados ao norte do Rio de Janeiro e as Minas Gerais.

Podemos inferir que os interesses no tráfico ilegal nessa região fluíam pela fronteira entre as duas províncias, com destaque pelo lado capixaba, pelo seu vasto litoral que unia o delta do rio Itabapoana a Guarapari, banhado por uma grande faixa do Atlântico. Por outro lado, seu interior era percorrido por bacias fluviais cujas águas tocavam a Zona da Mata mineira, alcançado por afluentes primários e secundários e braços de rios que seguiam por terras fluminenses e capixabas. Portanto, entendemos que, sejam por suspeitas, tentativas ou pelos efetivos desembarques, a tríplex fronteira era uma escala que se articulava plenamente a partir de interesses diversos: o município de Itapemirim e o município de Campos dos Goytacazes transformaram-se em verdadeiras zonas de confluência do tráfico ilegal de africanos, enveredando uma teia de acusações, suspeições e apreensões entre correspondências, ofícios e diligências. Minas Gerais não ficaria fora dessa escala, mesmo que estivesse na retaguarda da linha praieira⁶⁷.

A quantidade de correspondências relacionadas a este assunto é grande, o que comprova a preocupação das autoridades da época. Muitas delas envolvem o Barão de Itapemirim⁶⁸. Em 29 de novembro de 1851, em ofício foi enviado pelo Chefe e Polícia da Corte ao presidente José Bonifácio Nascentes de Azambuja, era comunicado que forças policiais do Império foram enviadas à Vila de Itapemirim a respeito da seguinte denúncia:

desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denúncia teve o delegado da Vila, assim como ordem para va-

rejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila⁶⁹.

Essa denúncia é uma das que envolvem o nome do Barão de Itapemirim, que ocorriam tanto na província quanto na Corte. Em 06 de abril de 1851, o presidente da Província do Espírito Santo, Felipe José Pereira Leal, informa em correspondência confidencial ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, o desembarque de “cento e tantos” africanos em Barra do Itabapoana. Estes pertenciam a José Bernardino de Sá, comerciante de escravos, e foram enviados a Itapemirim para a fazenda do Barão. Lá, seriam revendidos por Aurélio Jorge da Silva Quintaes e pelo alferes Custódio Luiz de Azevedo a outras pessoas. A denúncia foi enviada pelo coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt e seu cunhado, o major Caetano Dias da Silva, ambos desafetos do barão, de acordo com o próprio Leal. Este também chama a atenção de Queiroz, para a amizade do barão com traficantes⁷⁰.

O Coronel Gomes Bittencourt e seu cunhado, o Major Dias da Silva, denunciadores, eram rivais políticos de Silva Lima, conhecidos como os “Moços da Areia”⁷¹. Apesar de uma das filhas do barão ter sido casada com o irmão do coronel João Nepomuceno⁷², ainda assim mantinham a rivalidade. Além de partidos divergentes, Silva Lima era líder do Liberal e Gomes Bittencourt era líder do Conservador, aquele possuía prestígio político provincial enquanto este possuía importância local. Marins⁷³ comenta que os “Areia” faziam uma “guerra” política, impedindo o barão de vencer as eleições dentro de Itapemirim, aliciando toda gente que podiam, usando até de “violência a empregar ne às vindictas sobre os contrários”.

Além disso, o major Dias da Silva, português fundador da Colônia de Rio Novo, viera para Itapemirim como traficante negreiro. Marins cita uma notícia do Jornal S. João da Barra, de 1882, onde relata que o primeiro navio negreiro que aportou em Itapemirim chamava-se Paula e chegou a este porto em fevereiro de 1831. Era comandado pelo então capitão Dias da Silva e pelo piloto Herculano, que era baiano⁷⁴. Rocha também descreve o major Caetano como traficante negreiro, em 1860 durante a visita do Imperador a Itapemirim⁷⁵. Dias da Silva era português e chegou ao Brasil em 1828, e desde então, empreendia viagens a Angola⁷⁶. Tinha relações com Joaquim Ferreira de Oliveira, conhecido contrabandista de escravos⁷⁷.

Dias da Silva, havia sido chamado em uma coluna do jornal “Correio de Vitória”, de 1852, de “tigre sanhudo atrás da presa”, devido à sua relação com o tráfico ilegal de africanos⁷⁸. Quanto ao seu cunhado, o coronel Gomes Bittencourt, denúncias com seu nome também ocorreram após 1850. Em 3 de novembro de 1852, o presidente Azambuja alerta o delegado de polícia de Itapemirim “sobre um projeto para desembarque de africanos livres atribuídos aos Gomes Bittencourt”⁷⁹. Em outro ofício, de 10 de setembro de 1852, o delegado de polícia de Itapemirim realizou denúncias ao presidente da Província contra os Gomes Bittencourt e o Barão, pois de acordo com ele, ambos protegiam o tráfico de escravos em Itapemirim⁸⁰.

As denúncias dos “Moços da Areia” contra o Barão também ocorreram durante a visita do imperador a Itapemirim. Um dos membros da comitiva de D. Pedro II era João de Almeida Pereira, conselheiro im-

62 SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306, p. 304.

63 OLIVEIRA, Op. Cit., p. 372.

64 PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. *6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos/6/walterpereira.pdf>; PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). *XI Congresso Brasileiro de História Econômica*. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_matos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espirito-santo-1850-1860.pdf

65 PEREIRA, 2013, p. 2.

66 Disponível em <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em 06 de fevereiro de 2018.

67 PEREIRA, 2013 p. 2.

68 Ibidem, p. 4.

74 MARINS, Op. Cit. p.225.

75 ROCHA, 2008, p. 239.

76 PEREIRA, 2013, p. 10.

77 PEREIRA, 2013 p. 10-11.

78 PEREIRA, 2015, p. 15.

79 APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

80 APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

perial e parente dos Gomes Bittencourt. Este reforçou a campanha negativa contra Silva Lima na Corte, acusando-o de envolvimento com o tráfico de escravos após 1850. Seus simpatizantes em Vitória, porém, se mobilizaram para reaver essa imagem negativa, publicando artigos em jornais para sua defesa⁸¹.

As contradições que envolvem a figura do barão são demonstradas nessas denúncias sobre o tráfico de escravos. Isso porque, enquanto foi vice-presidente da Província, denunciou e cobrou medidas mais enérgicas para solucionar o problema. Em relatório apresentado pelo mesmo à Assembleia Legislativa Provincial, fez o seguinte pronunciamento sobre o assunto:

Trafico de africanos: Supposto seja muito conhecida a extensão das praias desta província, a falta de força publica, e o quanto se prestão certos lugares para um fácil desembarque de africanos, nem-um se tem dado desde 1851, em que se malogrou a ultima empresa, graças aos esforços e dedicação do então delegado de policia Dr. Rufino Rodrigues Lapa, que em Itabapoana apprehendeu cento e tantos africanos, e bem assim toda a tripulação do barco que os trasia; e pois se pode considerar extincto na província esse criminoso comércio. Todavia esta presidência não tem cessado de recomendar a todas as autoridades a maior vigilancia a tal respeito, com especialidade, ás de Itapemirim, e seria para desejar-se que o governo imperial assumindo aos pedidos ultimamente feitos, houvesse de facilitar certos meios indispensáveis para profligar os traficantes, se por ventura ousarem reaparecer nesta província⁸².

De acordo com o barão, os desembarques foram encerrados em 1851 e o delegado Rufino Rodrigues Lapa fez o possível para extinguir o mesmo no

sul da província. Se de fato os desembarques se encerraram neste ano não há comprovação. De certo é que o barão, enquanto presidente provincial, não se cansava de cobrar do ministro da Justiça providências sobre a fragilidade da região, conforme também cita em seu discurso. Pedia ao ministro que designasse um juiz municipal para servir como delegado de polícia, que fosse enviado um bacharel para atuar como promotor, além de oitenta a cem praças da confiança do ministro e um vapor de guerra para ficar parado em águas capixabas. Foi atendido nos primeiros pedidos, que sugeriu a convocação imediata da Guarda Nacional para atuar exclusivamente no combate ao tráfico de africanos⁸³.

Outro fato intrigante sobre Silva Lima diz respeito às observações feitas pelo Barão de Tschudi ao conhecê-lo. Ouvira falar muito mal do barão de Itapemirim por seus adversários políticos, e se surpreendera quando o conheceu. Além disso, ao contrário dos seus inimigos, não teceu comentários negativos sobre seus adversários, mesmo sabendo que Tschudi visitaria a fazenda do major Dias da Silva, seu rival.

O barão de Itapemirim era muito estimado por seu partido, mas também mais odiado que temido por seus adversários. Neste aspecto, por várias vezes tive a oportunidade de ouvir falarem mal dele, e de acordo com estes comentários eu deveria imaginá-lo como um verdadeiro monstro. Pessoas imparciais enalteciam a sua generosidade, sua benevolência, sua amizade e dedicação por seus colegas de partido e sua ilimitada hospitalidade. Quando o conheci, ele era um octogenário robusto com uma fisionomia inteligente e um humor excelente, mas que muitas vezes acabava num sarcasmo mordaz [...] a família do barão de Itapemirim era inimiga mortal da família Bittencourt. Caetano Dias da Silva tinha parentesco com a família Bittencourt. Em virtude da expressão violenta e desrespeitosa que as inimizades políticas habitualmente adquirem no

Brasil, fiquei muitíssimo surpreso pelo fato de o barão de Itapemirim jamais ter mencionado a minha pessoa frente aos seus adversários, nem ter feito a menor observação em minha presença sobre a louca economia em Rio Novo, embora tivesse tido centenas de oportunidades⁸⁴.

Nunca se saberá ao certo qual a participação do barão de Itapemirim no tráfico de escravos, ou sua real postura diante dos inimigos políticos. O fato é que as fontes referentes a sua vida e postura política são contraditórias, já que ao mesmo tempo em que é acusado de ser o maior traficante de escravos capixaba foi um dos denunciadores da fragilidade do litoral capixaba diante dos navios negreiros. Não se pode negar o fato de que, o barão enquanto presidente da província tinha por obrigação alertar o governo imperial. Além disso, tais denúncias poderiam ser um disfarce aos seus interesses escravistas. O fato é que suas fazendas eram repletas de cativos, maioria africanos. É de se questionar se as denúncias feitas por seus adversários eram infundadas, uma vez que ele era um dos principais interessados na permanência do tráfico, não apenas para abastecer suas lavouras, mas também a de seus aliados.

Enquanto seus adversários manchavam sua imagem, os visitantes que se abrigavam em sua residência, como o fotógrafo Victor Frond e o barão de Tschudi, testemunham que o mesmo era hospitaleiro e gentil. É preciso destacar, que Frond e Tschudi visitaram um senhor octogenário, que já havia alcançado riqueza, prestígio e poder que um homem de seu tempo gostaria de ter. A falta de relatos do período de sua juventude não permite que esses traços de personalidade sejam confrontados.

O importante aqui não é defender ou atacar o barão, mas confrontar as informações sobre o mesmo. O mesmo homem que denunciava o tráfico no litoral capixaba e era diretor dos índios do Aldeamento Afonsino, tinha seu nome arrolado às denún-

cias como traficante de escravos. É apresentado por alguns historiadores e visitantes como um homem bom e benevolente, mas ostentava riquezas em uma sociedade extremamente pobre. O barão era um homem do seu tempo, que viveu todas as contradições da sociedade Oitocentista brasileira.

Considerações Finais

Seria extremamente ingênuo acreditar que as denúncias sobre o envolvimento do barão de Itapemirim com o contrabando de escravos, após 1850, eram falsas. O mesmo, um dos maiores escravocratas do Espírito Santo, lucrou muito com a utilização de mão de obra cativa, além de possuir uma quantidade gigantesca de africanos em seu plantel. Porém, é importante destacar, que não apenas ele estava envolvido no infame comércio. Itapemirim, como bem destacou Pereira⁸⁵, era parte de uma complexa rede de contrabando ilegal de africanos após 1850. Cativos eram importados e desembarcavam no litoral de Itapemirim e em outras partes da costa capixaba, enviados posteriormente, ao norte do Rio de Janeiro e a Minas Gerais. A "Tríplice Fronteira", como o mesmo coloca, preocupou autoridades imperiais durante a década de 1850.

Além disso, ao contrário do que a historiografia tradicional trata, não era apenas o barão de Itapemirim que realizava este tipo de comércio ilegal de pessoas. Outros grandes fazendeiros, como o coronel Gomes Bittencourt, e seu cunhado, o major Dias da Silva, fundador da colônia de Rio Novo do Sul, também eram envolvidos. Outros nomes itapemirinos podem ter sido responsáveis por este comércio, que destacou apenas o barão de Itapemirim, por ter maior prestígio na época. Mas ao que parece, a trama era muito maior e envolvia outros grandes fazendeiros locais, que talvez nunca sejam descobertos pela ausência de documentos.

81 MORENO, Op. Cit., p. 66.

82 Relatório com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo, entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856, Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/242/000032.html>.

83 PEREIRA, 2013, p. 7.

84 TSCHUDI, Op. Cit., p. 98, 116.

85 Ibidem.

Homens envolvidos no tráfico ilegal atuavam no controle de instituições vinculadas à repressão aos traficantes. Não por outro motivo, algumas autoridades locais tinham consciência de que as denúncias e as suspeitas estavam relacionadas a desentendimentos e rivalidades entre potentados locais. Em relatório de 13 de agosto de 1852, o chefe de polícia da província, Antônio de Tomaz Godoy, alertara que tais manifestações sobre o tráfico ilegal de africanos eram frutos de intrigas entre os “dois partidos locais”, em que “um serviria de sentinela ao outro”, com o intuito de levantar suspeitas ou apresentar denúncias sobre o comércio ilegal de africanos⁸⁶.

A rede de intrigas e calúnias era o que movia e sustentava a política escravista de Itapemirim e que acabou por difamar apenas o nome do Barão, principal nome da região. Mas, fica claro que essa rede envolvia outras pessoas. Silva Lima, homem do seu tempo, alcançou riqueza e prestígio social que poucos conseguiram na província capixaba. Era um respeitado na corte e na capital provincial e, consequentemente, odiado por muitos em Itapemirim.

Referências Bibliográficas

- APEES. *Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim*, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.
- APEES. *Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia*. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).
- ARQUIVO NACIONAL. *Mapa da população da Província do Espírito Santo*, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015_000_78, página 48)
- BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006
- CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, E. F. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008

- DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatísticas*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010
- ESPÍRITO SANTO. *Relatório* com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma no dia 28 de março de 1856, Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/242/000032.html>.
- FILHO, A. J. F.; FILHO, P. A. O. Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MC. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, UFPI, Teresina, Piauí, 24 a 28/06/2012
- FLORENTINO, M., CÔES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997
- FRANCESCHETTO, C. *Victor Frond – 1860: uma aventura fotográfica pelo itinerário de D. Pedro II na Província do Espírito Santo*. Vitória-ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2015
- MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920
- MATTOS, H. Colonização e escravidão no Brasil – Memória e Historiografia. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (org.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014
- MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016, p.19.
- OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008
- PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf
- PEREIRA, W. L. C. M. Tráfico Ilegal de Africanos ao Sul da Província do Espírito Santo, depois da Lei de 1850. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis: SC, 15-18 de Maio de 2013. Disponível em <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos.6/walterpereira.pdf>; PEREIRA, W. L. C. M. A trama do tráfico ilegal de africanos na província do Espírito Santo (1850-1860). XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória: 14 a 16 de setembro de 2015. Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_walter_luiz_carneiro_mattos_pereira_a-trama-do-trafico-ilegal-de-africanos-na-provincia-do-espírito-santo-1850_1860.pdf
- ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. Vitória: Secretaria de Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008
- ROCHA, L. *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: EBRASA, 1971 p. 112-115 / TSCHUDI, Johann Jakob von, 1818-1889. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

- ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.
- SALLES, R. *E o Vale era escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 46-47.
- SALETTI, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996
- SANTANA, Leonor de Araújo. O negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306
- SANTOS, E. F. *O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colo-*

- nia. In: BITTENCOURT, Gabriel. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002
- SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- SLENES, R. W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: NOVAES, F. A. (coord.), ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. P 36.

Recebido em: 31/12/2019

Aprovado em: 03/03/2020

86 PEREIRA, 2015, p. 16

